

Entidades cobram solução estrutural para a Cassi e pressionam BB por maior responsabilidade no custeio

Os representantes das entidades reuniram-se na sede da ANABB, em Brasília, na manhã da quarta-feira (27), para analisar a situação econômica e financeira da Cassi antes do encontro com os representantes do Banco do Brasil, realizado no período da tarde.

Durante a reunião, houve consenso entre as entidades de que a Cassi necessita de medidas imediatas para fortalecer seu caixa e recompor suas reservas garantidoras, que atingiram o patamar mínimo neste mês de maio de 2026.

As entidades também acordaram uma estratégia conjunta para a negociação com o banco. Inicialmente, seria apresentada a proposta do Banco do Brasil e, caso fosse totalmente insuficiente diante das necessidades da Caixa de Assistência, ela seria recusada imediatamente. Por outro lado, se apresentasse avanços concretos, ainda que parciais, haveria uma interrupção temporária da reunião para análise preliminar da Comissão de Representantes das Entidades. Foi exatamente o que ocorreu.

O Banco do Brasil apresentou uma proposta que contempla mudanças no modelo de custeio, dentro da linha defendida pelas entidades, com a adoção de um modelo híbrido. A proposta preserva o percentual de contribuição dos associados sobre a folha de pagamento e cria uma nova fonte de financiamento para a Cassi, utilizando como referência a tabela de custos assistenciais já existente na Caixa de Assistência, prevendo participação da patrocinadora e contribuição adicional dos associados.

Apesar disso, a proposta ainda não apresenta solução adequada para os colegas admitidos após 2018, para os funcionários egressos dos bancos incorporados e fragiliza ainda mais a situação dos associados autopatrocinados.

A coordenadora da Comissão de Empresa dos Funcionários do Banco do Brasil (CEBB), Fernanda Lopes, criticou a postura do banco e cobrou maior comprometimento da patrocinadora com a sustentabilidade da Cassi.

“Não é possível que, mais uma vez, o Banco do Brasil tente transferir aos associados o maior peso da solução, enquanto mantém uma participação aquém da responsabilidade que possui como patrocinador. A Cassi é patrimônio dos associados do banco e exige uma resposta à altura da gravidade do momento. O banco precisa assumir seu papel de forma efetiva e apresentar uma proposta que garanta sustentabilidade sem penalizar ainda mais os trabalhadores”, afirmou.

Diante da complexidade do tema e da necessidade de uma avaliação mais aprofundada, a Comissão de Negociação e o Banco acordaram um novo calendário de negociações: uma reunião virtual no dia 29 de maio e uma nova reunião presencial no dia 3 de junho.